

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE ENTRE 2010- 2022

Maristel Coelho San Martin¹

RESUMO

Esta pesquisa visa identificar as áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS e verificar se houve expansão, estagnação, regressão ou surgimento dessas áreas no período entre 2010 a 2022. Para tanto foi realizado uma revisão bibliográfica, levantamento de dados, pesquisa documental e trabalho de campo. O recorte temporal escolhido compreende o período do auge ao declínio de um Polo Naval instalado na cidade e o período da pandemia da Covid-19. Os resultados apontaram uma crescente expansão urbana destacada pela desigualdade de classes sociais, principalmente, na periferia noroeste do município.

Palavras-chave: Ocupação irregular; Rio Grande; Polo naval; Espaço urbano.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação informal do solo é destacada como um dos principais problemas urbanos do Brasil. Isso se deve ao fato de que os diferentes ciclos econômicos ocasionaram um crescimento desordenado das cidades, intensificando a segregação espacial, as desigualdades sociais e a expansão das áreas de ocupação irregular. Cabe ressaltar que o aumento do valor do solo, o processo de migração e a falta de poder aquisitivo para compra de um terreno ou residência são fatores que impulsionam o surgimento das invasões, loteamentos clandestinos, irregulares e/ou grilados.

Nas últimas décadas, o município do Rio Grande/RS, foi palco de grandes mudanças políticas, econômicas, sociais e espaciais, uma vez que, a implantação de um Polo Naval, atraiu empresas e serviços para a região suscitando no aumento do valor da terra e um fluxo intenso de imigração em busca de emprego e melhores condições de vida. Embora as circunstâncias tenham gerado um expressivo número de postos de trabalho, uma parcela da população não conseguiu atender suas perspectivas na cidade, já que havia exigências de qualificação da mão de obra para adquirir uma vaga de emprego. Dessa forma, a expectativa de conseguir um trabalho, a falta de recursos financeiros para manter um aluguel, e a ausência de alternativas para regressar para seu

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

município de origem fizeram com que alguns indivíduos se fixassem nas margens da cidade do Rio Grande por meio de ocupações informais.

É importante destacarmos que nesse período das atividades do Polo Naval, houve uma série de empreendimentos habitacionais de iniciativa pública e privada, além da regularização fundiária de diversos locais. Entretanto, esses empreendimentos não foram suficientes para atender a demanda e parte da população ficou de fora dos programas de habitação popular, por não estarem dentro das normas exigidas para a participação. Já em meados de 2016, o município passa a enfrentar novamente o aumento do desemprego devido ao encerramento das atividades do Polo Naval e de outras empresas e serviços relacionados a esse setor, ocasionando novamente a expansão do tecido urbano com mais ocupações informais.

Essa mesma situação é vista a partir de março de 2020, as quais as medidas de distanciamento social para prevenção da disseminação da pandemia da COVID-19 ocasionaram o fechamento de diversos estabelecimentos, agravado ainda mais o quadro econômico de Rio Grande e a ascensão do desemprego. Compreendemos que o surgimento e a expansão dessas ocupações ocorrem de forma rápida, tornando-se necessária a realização de pesquisas mais frequentes dessas áreas, em prol de contribuir com a criação de políticas públicas eficazes que visem reduzir essas áreas, garantindo o direito à cidade a todos. Desse modo, surge o seguinte questionamento: Quais as condições atuais das ocupações informais no município do Rio Grande no que concerne a regularização fundiária e a produção do espaço dessas áreas?

A presente pesquisa tem como objetivo identificar as áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS e verificar se houve expansão, estagnação, regressão ou surgimento dessas áreas no período entre 2010 a 2022. O recorte temporal escolhido compreende o período do auge ao declínio do Polo Naval no município e o período da pandemia da Covid-19. Esses períodos marcam a expansão da malha urbana, principalmente, da cidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caráter exploratório-descritivo e de natureza aplicada. Conforme Gerhard e Silveira (2009, p. 35) uma pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo “gerar conhecimentos para aplicação na prática, voltados à solução de problemas específicos, os quais envolvem verdades e interesses locais”. Utilizamos ainda a abordagem qualitativa e quantitativa, cujo Fonseca (2002) explana que a utilização dessas em consonância permite adquirir mais informações do que poderia conseguir isoladamente.

Para analisarmos a produção do espaço urbano, utilizamos o método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre, já que, cada atividade realizada no presente são reflexos de ações concretizadas em tempos distintos do passado. Cabe salientarmos que para compreendermos o espaço geográfico, devemos analisá-lo utilizando as categorias forma, função, estrutura e processo, uma vez que, essas irão explicar as transformações decorrentes no tempo em cada local (LEFÉBVRE, 2000; SANTOS, 1985). Como recorte espacial escolhemos todo o município do Rio Grande, visto que, existem poucos estudos sobre ocupações informais e são quase que raros os que abrangem seus demais distritos além do distrito sede.

A partir disso, foram realizadas revisões bibliográficas sobre a produção do espaço urbano, ocupações informais e o histórico do município do Rio Grande. Logo após, fizemos um levantamento de dados nas secretarias municipais Coordenação e Planejamento; e de Habitação e Regularização Fundiárias, o qual foi possível adquirir o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; um mapeamento preliminar de algumas áreas de assentamentos informais, juntamente com outras que estiveram e estão em processo de regularização fundiária; e 103 mapas escaneados com os lotes regularizados. Com isso, realizamos uma comparação de cada mapa com as imagens de satélite do Programa Google Earth Pro, demarcando as áreas informais com o auxílio das áreas já delimitadas pelo mapeamento da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Salientamos que utilizamos o mesmo programa para identificar se houve expansão, estagnação ou recuo dessas áreas ou se surgiram novas no período do estudo, e para identificar quais áreas sofreram alterações utilizamos a ferramenta “imagens históricas” desse programa. Também realizamos uma comparação entre os períodos

2010 a 2018 e 2018 a 2022 com relação ao comportamento de expansão das áreas já que em 2018 houve várias estagnações e surgiram outras duas ocupações. Por fim, realizamos um trabalho de campo para verificarmos as condições espaciais atuais.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS OCUPAÇÕES INFORMAIS

O processo de produção do espaço urbano está relacionado às condições de vida e as necessidades da sociedade. Nesse espaço há conteúdos políticos, econômicos e sociais que estão conectados e em constante mutação. À vista disso, podemos considerar a cidade como um produto que sofre alterações em todas as épocas ou em períodos específicos, porém, difere-se do urbano.

De acordo com Lefèbvre (2000, p.49) a cidade é a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o urbano é a realidade social composta por relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, o espaço urbano demonstra as diferentes formas espaciais de organização, uso e apropriação que ocorrem em um processo desigual e com disputas entre os agentes que produzem e consomem esse espaço, sendo eles: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2004, p. 11). Conforme Corrêa (2004), a conduta desses agentes é intrincada, decorrendo da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e das lutas de classe que dela emergem.

Sendo assim, as relações sociais e a produção e reprodução do capital que irão criar as características de cada local (CARLOS, 1994). Durante um processo de produção do espaço, alavancado pela inserção de novas indústrias, a qual as transformações ocorrem de forma mais rápida, a tendência é que a cidade capitalista sofra um duplo processo de implosão e explosão socioespacial (LEFÈBVRE, 2000). Dessa forma, a implosão da cidade deixará fragmentos a partir de suas transformações e a explosão permitirá que o tecido urbano se estenda.

Nesse contexto, o setor imobiliário fragmenta o espaço urbano aumentando a segregação socioespacial. Desse modo, são criadas novas áreas que tiveram valorização em detrimento de outras, ocasionando um deslocamento das diferentes

classes. Segundo Villaça (2001) a valorização da terra é determinada pelas suas características, ou seja, o acesso aos lugares, à presença de infraestruturas, as condições de relevo e suas vantagens, sendo fruto do relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre.

Assim, resta aos mais pobres fixarem nas periferias economicamente vulneráveis e com pouca ou nenhuma infraestrutura (MARICATO, 2001). Conforme Corrêa (2004), esse grupo de pessoas são os agentes sociais excluídos que moldam o espaço urbano concentrando-se, muitas vezes, em ocupações informais. Essa informalidade surge como alternativa para solucionar a ausência de moradia devido à falta de recursos financeiros dessa população (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

De acordo com Birckolz (2012, p. 1) “o termo ocupação irregular ou informal refere-se a todos os assentamentos urbanos efetuados sobre as áreas de propriedade de terceiros, sejam públicas ou privadas.” Logo, a ocupação irregular está presente nos loteamentos clandestinos ou irregulares. A distinção entre ambos é que nos loteamentos irregulares os proprietários possuem algum tipo de documentação, o qual lhe oferece uma segurança jurídica, pois esse é reconhecido pelo poder público local, mas, existe alguma pendência para que o loteamento ainda esteja irregular.

Já os loteamentos clandestinos, o poder público desconhece sua existência, não havendo segurança jurídica do local. Portanto, “são aqueles aprovados pela prefeitura, mas que não foram inscritos no Registro de Imóveis, ou o foram, mas são executados em desconformidade com a lei ou o plano e as plantas aprovadas” (ALTHAUS; ALBERTO & CABELLO, 2004, p. 201). Cabe destacarmos que, normalmente, as áreas ocupadas apresentam valor irrisório, algum tipo de vulnerabilidade ambiental ou ainda restrição legal para uso e ocupação.

Logo, ao mesmo tempo em que esses indivíduos contribuem para a degradação desse espaço, tornam-se vítimas do ambiente, visto que, ficam suscetível e vulnerável a uma série de riscos. Salientamos que a população dessas áreas vive em condições de desigualdade social, além da pobreza, exclusão e abandono, empregando sistemas de autoconstrução de moradias. A autoconstrução é a produção de uma habitação realizada pela classe trabalhadora, com assistência de amigos e parentes, o qual, na maioria das vezes, a força de trabalho é apenas cedida.

Todavia, é um processo que contribuiu com os níveis de espoliação urbana, visto que, resulta na edificação de habitações capazes de se deteriorarem de forma mais rápida, a partir do uso de materiais de baixa qualidade e técnicas rudimentares. Ademais, essas habitações são construídas conforme os recursos financeiros disponíveis no momento, exigindo reparos constantes. Dessa forma, surgem e crescem “aglomerados distantes dos centros, irregulares ou não, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p.31).

É importante evidenciarmos que o primeiro fator que contribuiu para a geração desses assentamentos informais foi à criação da Lei 601/1850, denominada “Lei de Terras”, a qual determinava que para ter acesso às mesmas os cidadãos deveriam comprá-la, deslegitimando o acesso por meio de posse ou ocupação. Além disso, a maior dinâmica de urbanização no Brasil ocorreu a partir do processo de industrialização, da modernização e da conformação ao sistema capitalista internacional. À vista disso, os imigrantes que chegavam à cidade se inseriam no mercado de trabalho formal e informal, se instalando nos cortiços e nas periferias, construindo moradias improvisadas a partir da posse e ocupação da terra, já que muitos desses não possuem condições financeiras para adquirir sua própria habitação (KOWARICK, 1979).

Nesse mesmo período não havia preocupação com o déficit habitacional por parte do Estado, sendo assim, havia predominância de casas de aluguel. Com o tempo, algumas indústrias construíram vilas operárias em prol de resolver a questão dos problemas habitacionais para seus funcionários, porém, não foram suficientes. Consequentemente, as empresas transferiram para o Estado o custo de moradia, assim como, as despesas de transporte dos funcionários e serviços relacionados a infraestruturas, o que ocasionou a diminuição das vilas operárias, passando então a questão da habitação ser deliberada pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

Logo, começa a crescer a periferia e o mercado de terras informais juntamente com as ocupações. Outro fato que contribuiu com o aumento da periferia foi às obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, e o embelezamento paisagístico, visando combater as áreas insalubres e os casebres próximos aos centros urbanos (MARICATO, 2001, p.17). No que tange as políticas de enfrentamento aos problemas de

déficit habitacional, podemos dizer que a primeira foi à criação da casa popular (FCP), a qual permitiu a instalação de um sistema nacional de financiamento habitacional.

Com a segunda revolução industrial, o aumento de fluxos migratórios e a expansão da periferia, houve mobilizações da sociedade civil, e de debates sobre as grandes reformas sociais. A partir disso, surge o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, que possibilitou a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) sendo criados também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). Por conseguinte, o SERFHAU coordenava a política habitacional e o BNH atuava como financiador dos programas habitacionais.

Ressaltamos que nesses programas havia a Companhia de Habitação (COHABs) voltada para a população que estava na faixa de três a cinco salários mínimos, e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), que era um sistema de cooperativas habitacionais em diversos Estados brasileiros, o qual, alguns bairros utilizam esse nome, pois foram formados por meio de construção cooperativista, para as populações que estavam na faixa de cinco a 12 salários mínimos (MARICATO, 2001). Posteriormente a esse período ocorre a crise do petróleo e a reestruturação produtiva internacional causando um significativo impacto na economia brasileira, que até então, mantinha forte o crescimento econômico (MARICATO, 2001). Á vista disso, ocorre o encerramento das atividades do BNH transferindo as responsabilidades para a Caixa Econômica Federal (CEF), e em 1990, os investimentos públicos no setor social são suspensos, fazendo com que as décadas de 1980 e 1990 sejam marcadas pelo agravamento dos problemas urbanos, econômicos e sociais, expandindo as periferias e os assentamentos informais.

A partir de 2003 é implantado o Ministério das Cidades, “tendo como uma das principais funções ser uma grande fonte para a capacitação dos municípios e das lideranças sociais, capacitando-os para discutirem o plano diretor em suas cidades” (MARICATO, 2010, p. 12). Desse modo, a nova política nacional de habitação implantou o Fundo Nacional de Habitação e a Lei Federal 11.124/2005, a qual cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), exigindo que os Estados e municípios devam se adaptar a essa estrutura e criar planos estaduais e municipais para aderirem ao SNHIS, e terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (SAN MARTIN, 2019). Dessa forma, parte das classes sociais de

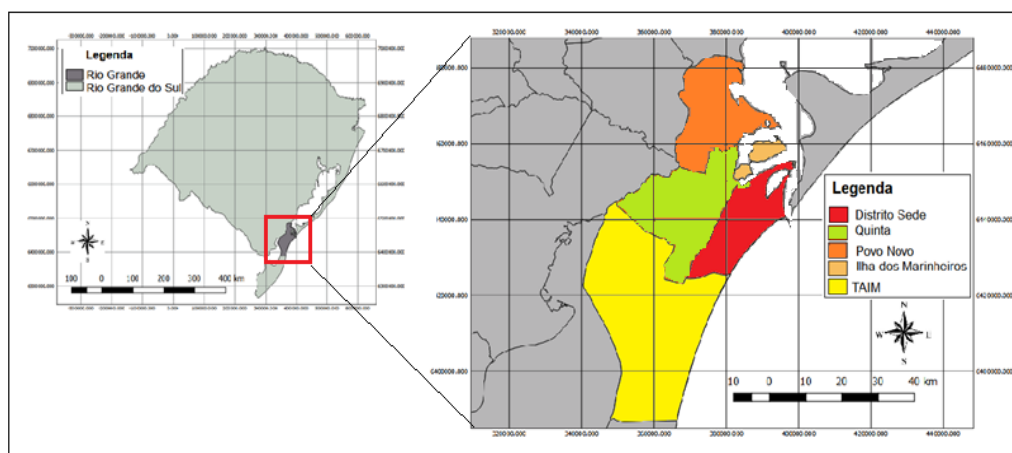
baixa renda passou a ter acesso a financiamentos para adquirir sua casa própria. Cabe salientarmos que também foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiando famílias de renda bruta mensal de um salário mínimo até cinco mil reais.

Com o decorrer do tempo, houve alterações no valor do limite de renda, aumentando o mesmo para que a população de classe média acesse o programa. Diante desse contexto, as periferias passam a ser redefinidas com conjuntos habitacionais populares ou ainda com bairros de alto padrão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município do Rio Grande está situado na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul e é composto por cinco distritos: Rio Grande, Ilha dos Marinheiros, Povo Novo, Taim e Quinta. Durante a implantação e as atividades do Polo Naval, a cidade apresentou uma crescente densidade demográfica ocasionando a ampliação de sua malha urbana. Conforme o IBGE (2010) sua população era de 197.228 pessoas, sendo que, desse total, 50.910 não eram naturais do município, representando 25,8%.

Figura 1 - Área de estudo.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

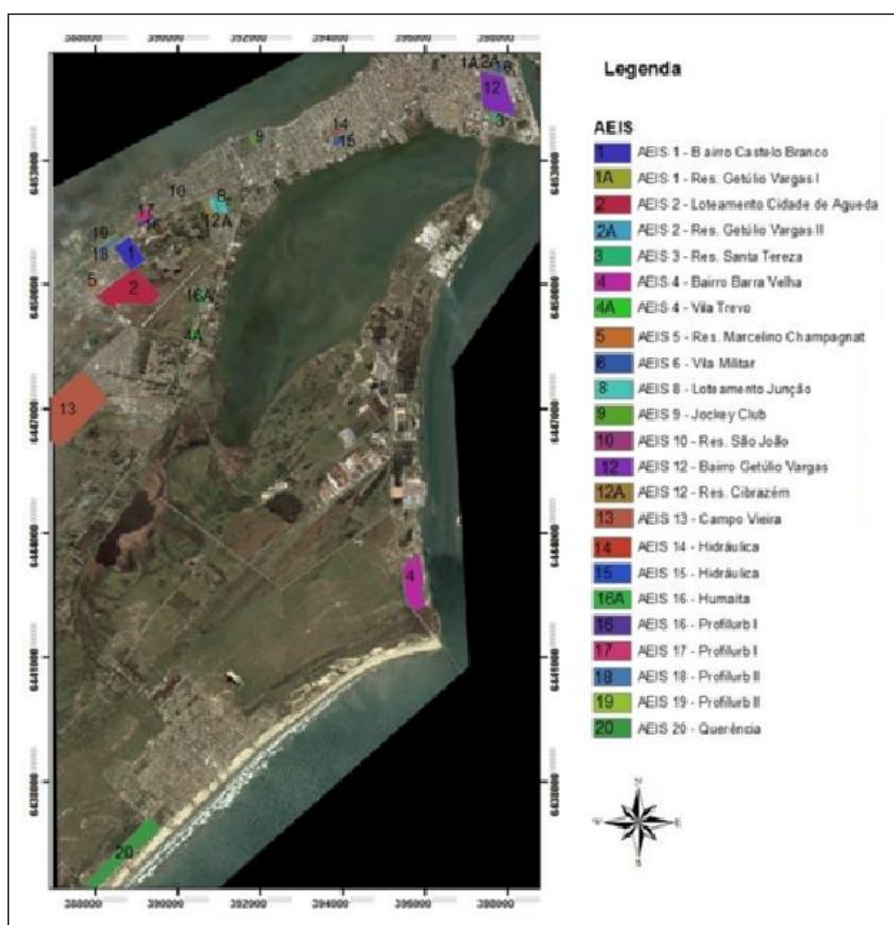
Fonte: Autoria própria.

Segundo as informações parciais do censo do IBGE (2022), Rio Grande está apresentando uma redução de sua população, com um total de 191.719 pessoas correspondendo a 90,2% do censo já realizado. Provavelmente isso vem ocorrendo devido ao aumento do número de desempregos e da crise econômica agravada na cidade nos últimos anos. Diante do contexto municipal, ainda no período do Polo Naval

e por meio do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Rio Grande (PLHIS/RG) foi possível verificar que o município necessitava regularizar 60% de suas áreas, o que representava cerca de 10 mil lotes.

À vista disso, em 2012, foram definidas 20 Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) que receberiam requalificação e/ou regularização fundiária (SAN MARTIN, 2019). Essas AEIS são ocupadas pela população de baixa renda e estão divididas em categoria (A) a qual estão ocupadas por assentamentos precários e (B) que são áreas vazias ou subutilizadas.

Figura 2 - Áreas especiais de interesse social (AEIS) em Rio Grande.



Fonte: SMHRF (2012).

Destacamos que a regularização fundiária além de oferecer o direito social à moradia, ela regulamenta e legaliza a permanência de cidadãos na área ocupada e que desde 2013 cerca de nove mil lotes, em Rio Grande, entraram no processo de regularização fundiária sendo que a maioria já foi regularizado. Após o levantamento de dados foi possível verificar que Rio Grande apresentou 81 locais com ocupações

informais, sendo que, 60 estavam no distrito sede e 22 nos demais distritos até 2018. Entretanto se agregarmos as posses do mesmo bairro ou loteamento, obtemos um total de 54 áreas de ocupações informais no município como um todo. Enfatizamos que a partir de 2018, 31 dessas áreas foram estagnadas, 11 regularizadas e 12 se expandiram.

Com relação as que se estagnaram, estão localizadas no perímetro que apresenta uma urbanização já consolidada com ausência de espaço para novas ocupações. No entanto, as situadas à noroeste da cidade ainda estão em processo de expansão. Cabe ressaltarmos que surgiu apenas duas áreas novas, sendo uma localizada ao lado da comunidade do Parque Coelho e a outra no entorno do Empreendimento Junção e também houve duas pequenas remoções em 2020, sendo uma na vila Quintinha e a outra na Santa Rosa.

Com relação ao comportamento dessas áreas podemos dizer que a maior parte surgiu na década de 1990 devido à crise no setor econômico que repercutiu no fechamento de várias empresas causando demissões de forma significativa. De acordo com Maricato (2003) as décadas de 1980 e 1990 registraram a extensão da periferia juntamente com a concentração de pobreza em diversas cidades do país. No quadro 1, veremos o ano que cada ocupação surgiu e o seu comportamento espacial até os dias atuais, posteriormente, apresentaremos as respectivas localidades em que estão inseridas.

Quadro 1 - Surgimento das ocupações informais e a situação atual de cada uma.

Localidades conforme as figuras 3 e 4	Início da ocupação	Situação de janeiro de 2010 a junho de 2018	Situação de julho de 2018 a dezembro de 2022
1 - Bairro Getúlio Vargas	192 2	Estagnadas e uma remoção	Estagnada e uma parte regularizada
2 - Vila Militar	199 9	Estagnadas	Regularizada
3 - Vila Santa Tereza	192 2	Estagnada	Estagnada
4 - Vila Mangueira	192 2	Expandiu	Estagnada

5 - Lar Gaúcho	5	199	Estagnada	Estagnada
6 - Navegantes	0	197	Expandiu	Estagnada
7 - Dom. Bosquinho	0	197	Expandiu	Estagnada
8.A - Bairro Cidade Nova	0	198	Estagnada	Estagnada
8.B - Bairro Cidade Nova	0	199	Expandiu	Estagnada
9 - Rua 1º de Maio próximo ao cemitério e a Rua 15 de novembro	3	200 e 1970	A mais recente expandiu em 2014, mas ambas se encontram estagnadas	Estagnadas
10 - Vila Dias e Intenente Mesquita	7	200 e 2009	Expandiram	Estagnada
11 - Rua Henrique Pancada	0	197	Estagnada	Estagnada
12 - Bairro Miguel de Castro Moreira	0	199	Estagnada	Estagnada
13 - Bairro Hidráulica	0	199	Expandiu	Estagnada e em processo de regularização de uma parte
14 - Bairro São José Operário	5	199	Expandiu entre 2009 e 2014 e estagnou	Estagnada
15. A - Bairro Lagoa e Frederico Ernesto Buchholz	3	196	Estagnada	Estagnada
15. B - Frederico Ernesto Buchholz	0	199	Expandiu entre 2009 e 2014 e estagnou	Estagnada
16 - Bairro América	7/2001	199	Estagnada	Estagnada
17 - Vila Eulina, Rural e Junção	0/2007	199	Expandiram entre 2007 e 2009 e estagnaram	Estagnadas e vila Eulina regularizada

18. A - Joquei Clube	201 5/2008	Expandiram	Estagnada
18. B e C - Próximo a Av. Santos Dumont	199 9/2009	Estagnadas	Estagnada
19. A - Parque Residencial Coelho	198 0/1990/20 04/2018	Expandiram	Somente a mais recente vem se expandindo
19. B - Vila Bernadeth, Ceres, Pio XII, Delga, Loteamento Albino, Santo Antônio e São Luiz	199 0/2004	Expandiram	Estagnada e em processo de regularização
20 - Estrada Roberto Socoowski	199 0/2018	Expandiram	Expandiram
21 - Cibrazém, Parque Marluz, P. São Pedro, Vila Maria e Leônidas	197 4/1980/19 90/2020	Expandiram em 2004 e estagnaram	Nova área entre Cibrazém e Parque Marluz o restante mantem-se estagnadas
22 - Vila Marte Amargo	199 0	Estagnada	Estagnada
23 - Vila São Miguel	199 70	Expandiu	Estagnada
24 - Vila São João	197 0	Expandiu	Expandiu
25 - Vila Recreio	199 0 e 2009	Estagnada e Expandiu	Expandiu
26. A - Comendador Carlos Santos (PROFILURB I)	197 0	Expandiu	Regularizad a
26. B - Vila Santa Rita de Cássia (PROFILURB II)	197 0	Expandiu	Regularizad a
26 . C - Vila Maria dos Anjos	199 0	Expandiu	Expandiu
27 - Castelo Branco	199 6	Expandiu	Regularizada

28 - Cidade de Águeda	8	199	Expandiu	Regularizad a
29. A - Vila Santa Rosa	0	200	Expandiu	Pequena remoção
29.B - COHAB IV	3	201	Estagnada	Regularizad a
30.A e B – Humaitá	3	201	Expandiu	Regularizad a
30.C – Av. Itália próximo a entrada do aeroporto	3	201	Expandiu	Estagnada
30.D - Vila Maria José	5	200	Expandiu	Estagnada
31. A - Parque Marinha	9	199	Estagnada	Estagnada
31. B - Parque Marinha na divisa com Parque São Pedro	9	200	Expandiu	Estagnada
32 - Boa Vista	0	199	Expandiu	Estagnada
33 - Parque São Pedro	0	199	Expandiu	Expandiu
34 – Querência/ Atlântico Sul	3	201	Expandiu	A Querência e parte da Atlântico Sul foi regularizada, a outra parte dessa última citada expandiu
35 – Barra	0	192	Expandiu	Expandiu e parte foi regularizada

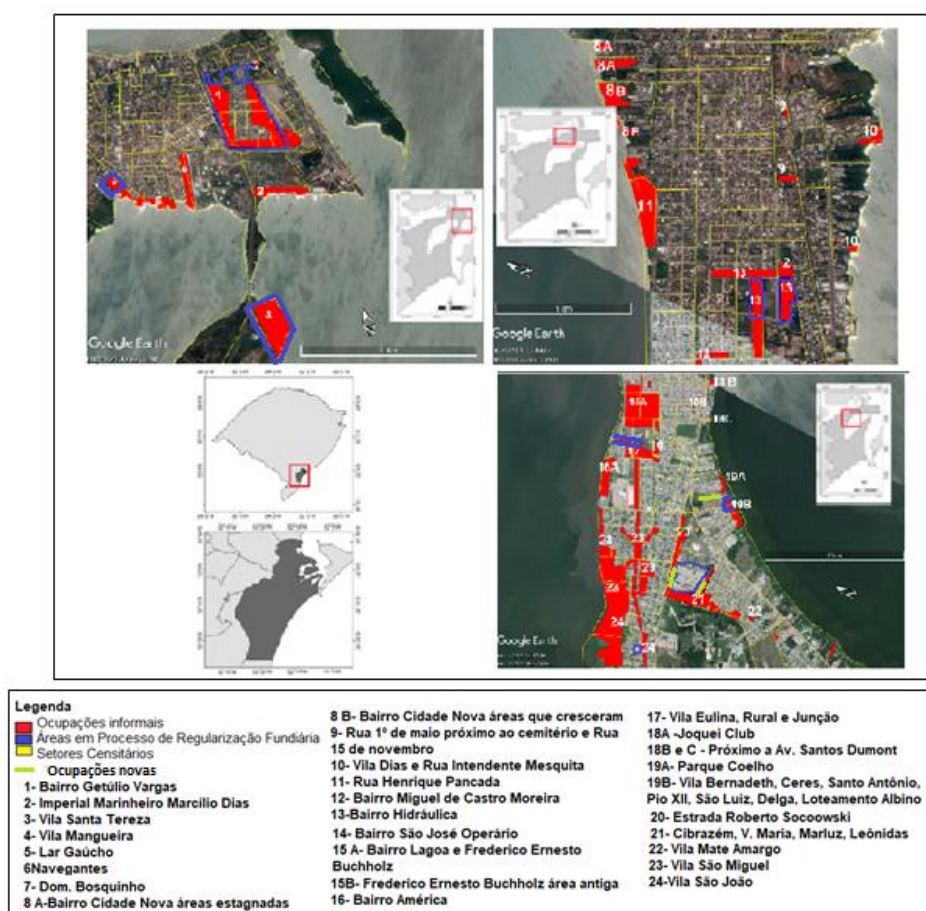
Fonte: Autoria própria

Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), o Bairro Getúlio Vargas foi contemplado com o PAC - Intervenção em Favelas em 2012, e regularizou 2.039 lotes. Além disso, foi construído um condomínio com 220 apartamentos que contemplaram famílias de uma área desse bairro que foram

removidas. Ademais, 630 famílias foram beneficiadas com melhorias habitacionais através de recursos do PAC e financiamento da Caixa Econômica Federal.

Quanto as demais áreas que já foram regularizadas, na figura 3, estão as posses da Vila Militar perfazendo um total de 28 lotes e 156 casa do Empreendimento Junção. No que se refere ao restante do Empreendimento Junção, o mesmo ainda está em fase de construção dos 1.120 apartamentos que irão contemplar 1.276. Destacamos que no entorno desse empreendimento surgiu uma nova área de posse entre a vila Cibrazém e o Parque Marluz.

Figura 3 - Área 1: Demarcação das ocupações informais no distrito sede.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

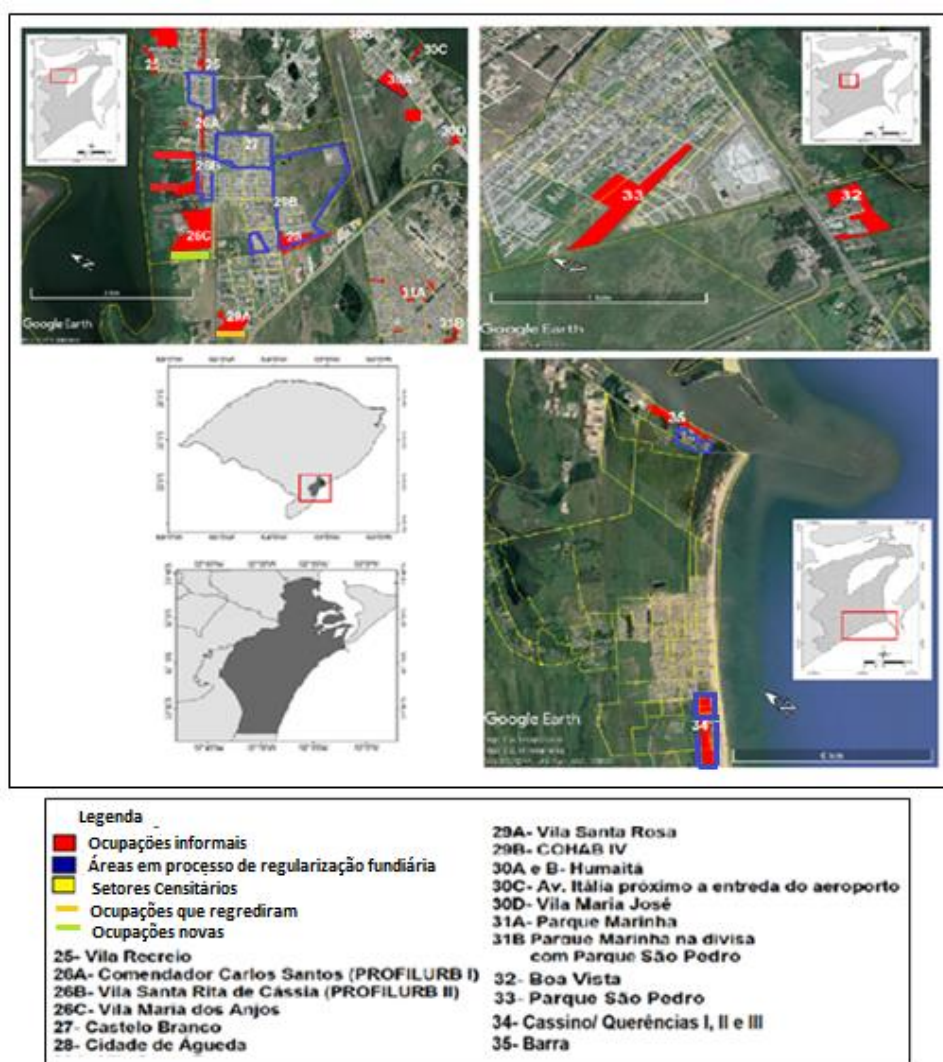
Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Já as vilas Mangueira, Dom Bosquinho, Bairro Hidráulica, Bernadeth e Vila Eulina estão em processo de regularização fundiária. A vila Dom Bosquinho terá 60 lotes regularizados, o Bairro Hidráulica 300 lotes por meio do Programa de Desenvolvimento

Municipal Integrado (PDMI) e a Vila Eulina 200 lotes. Essa última por se tratar de uma área particular foi necessário que o Judiciário autorizasse a Prefeitura a promover essregularização. Contudo, a solicitação foi aprovada e a documentação dos lotes está em tramitação final para a regularização.

Podemos perceber ainda na figura 3 que, há um número significativo de ocupações situadas as margens da Laguna dos Patos. Nesse contexto, Corrêa (2004) explana que a cidade é produzida em espaços comprometidos pelas condições de vulnerabilidade social e ambiental demonstrando que o modo do uso do solo reflete as relações econômicas do território.

Figura 4 - Área 2: Demarcação das ocupações informais no distrito Sede.

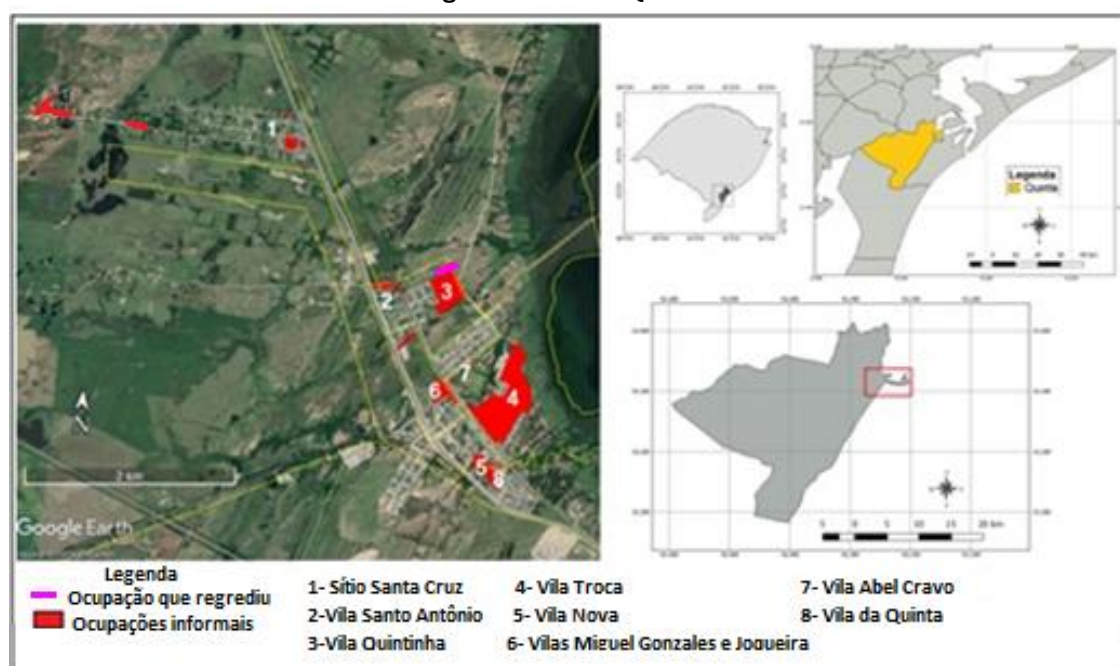


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Na figura 4 as áreas, as quais compreendem as PROFILURBs I e II, Bairro Castelo Branco II, Cidade de Águeda, Humaitá, parte da Vila da Barra (Barra Velha) e Querência já foram regularizadas. Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), somente na região da COHAB e Castelo Branco II foram contemplados 1040 lotes para a regularização, 715 nas PROFILURBs I e II, 160 na Cidade de Águeda, 1007 na Vila da Barra, 1.800 entre Querência e Atlântico Sul e 155 na Vila Humaitá. Enfatizamos que estão em fase de conclusão 780 contratos da Perfilurb e 930 da Barra Velha faltando apenas a entrega dos títulos de propriedades para acontecer no início de 2023.

Figura 5 - Distrito Quinta.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

No que concerne as ocupações informais da região do distrito “Quinta”, elas ocorreram a maior parte na década de 1990 e cresceram a partir de 2009, sendo que a Vila Troca apresenta a maior extensão dessas ocupações. A partir de 2018 nota-se uma estagnação na expansão dessas áreas, com exceção a região do Sítio Santa Cruz que demonstra um crescimento disperso não só de áreas de ocupação informal como também de parcelamento de solo irregular. O Parcelamento do solo urbano trata do processo urbanístico cuja finalidade é proceder à divisão de glebas, para fins de ocupação, que pode ser executada por meio de loteamento ou de desmembramento, porém, quando não segue determinadas cláusulas é considerado irregular.

Ainda sobre o distrito Quinta, enfatizamos que houve uma pequena remoção da área de ocupação informal da vila Quintinha no sentido norte por estar dentro de um terreno particular. Outro local que houve uma redução no número de residências a partir de 2018 foi a comunidade “Serralheria” situada na região do “TAIM”, visto que, a diminuição do número de empregos nas granjas e em duas reflorestadoras situadas nas proximidades dessa comunidade fizeram com que os moradores migrassem para a vila da Capilha. Cabe destacarmos que a Capilha também está localizada no TAIM e vem se expandindo com as ocupações informais devido a possibilidade de geração de renda com o desenvolvimento do turismo em sua praia.

Figura 6 - Comunidade da “Serralheria”/TAIM.



Fonte: Google Earth (2022).

Figura 7 - Comunidade da Capilha/TAIM.

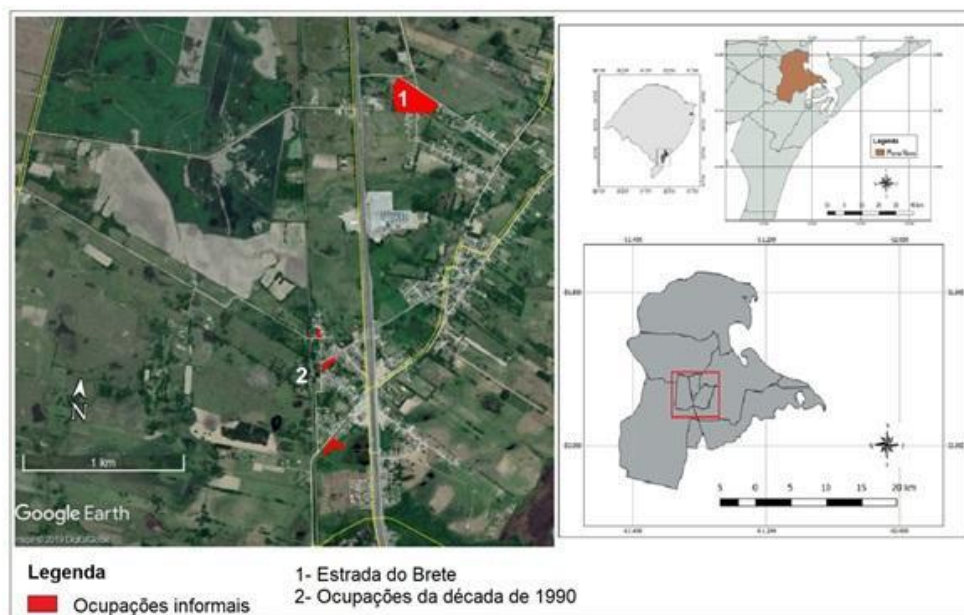


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

A região do Povo Novo, apresenta duas áreas com expressivo crescimento das ocupações informais. A área mais antiga apresenta ocupações da década de 1990 de forma dispersa e estão localizadas a oeste do viaduto do Povo Novo no sentido Rio Grande/Pelotas. Já a segunda área foi formada em 2009, possui ocupações mais concentradas e está localizada na “Estrada do Brete”. Cabe ressaltarmos que em ambos os casos elas continuam se expandindo.

Figura 8 - Povo Novo.

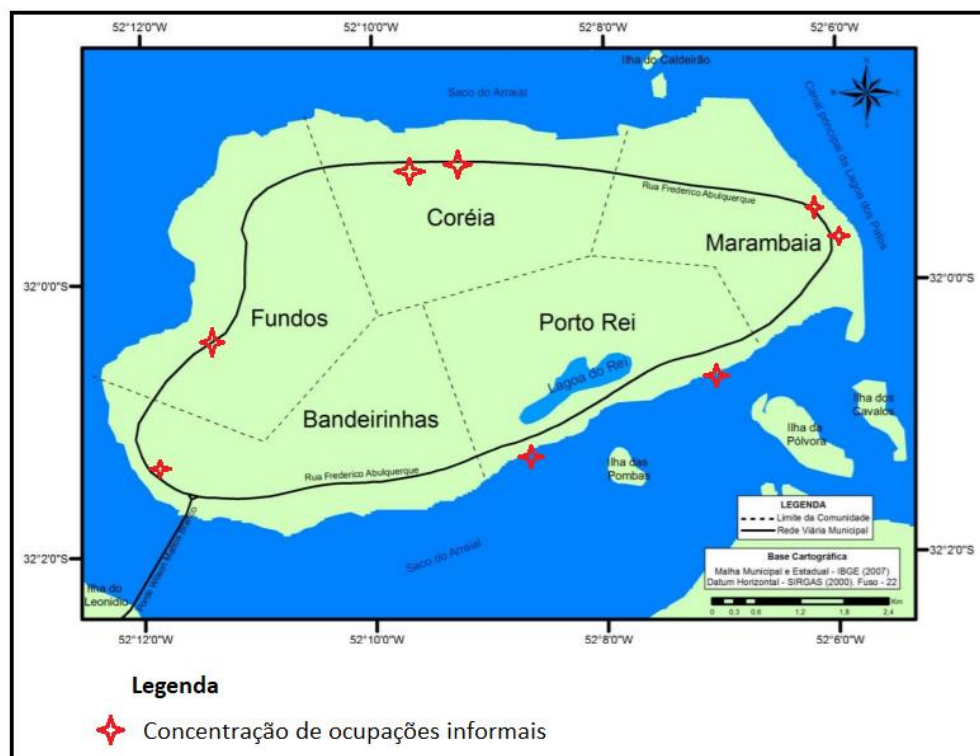


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Com relação a Ilha dos Marinheiros ela é composta por cinco comunidades, as quais a maioria dos terrenos são propriedades e chácaras próprias, inferiores a um modulo fiscal (25ha no município) e não ultrapassam 20ha, devido a divisão feita entre familiares. No entanto, algumas dessas propriedades foram abandonadas na década de 1990 e a partir de 2009 passaram a ser ocupadas irregularmente de forma lenta e concentrada em uma única propriedade na região da comunidade Coréia, ou seja, há várias residências em um único lote. Cabe destacarmos que o surgimento das novas áreas de ocupações informais ocorreu a partir de 2018 de forma dispersa e em todas as comunidades, pois além de aumentar o turismo na região aumentou a procura por residências para veraneio.

Figura 9 - Ilha dos Marinheiros.



Fonte: PORTO, P.C. (2014), adaptado pela autora

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo ciclo econômico promovido pelo Polo Naval juntamente com outras indústrias instaladas na região ocasionou o aumento do número de migrantes e a ascensão do valor do solo, acentuando as desigualdades sociais e a disputa pelo acesso à terra e a moradia. Durante esse período, foi possível perceber que mesmo com a elevação da economia municipal e a instalação de empreendimentos na região parte da população ficou de fora do acesso ao solo e as políticas públicas destinadas ao setor habitacional, demonstrando isso a partir da crescente expansão das áreas de ocupações informais, sobretudo na zona noroeste da cidade. É imprescindível destacarmos que as ações realizadas pelo poder público municipal visando a regularização fundiária foram de grande contribuição não só para a prefeitura quanto para as famílias contempladas, mas ainda se faz necessário a continuidade dessas ações nos demais distritos além do que já está sendo feito no distrito sede.

No que se refere ao período de 2018 a 2022 foi possível notarmos que há uma continuação das expansões dessas ocupações na zona noroeste do município mais precisamente nas áreas do entorno do Empreendimento Junção e outras localidades

próximas da Laguna dos Patos como a Vila Recreio, São João e Maria dos Anjos. Entretanto, a maior parte das ocupações que surgiram na década de 1990 encontram-se estagnadas, provavelmente, por não haver mais espaço para expansão. Uma alternativa para a diminuição desse problema poderia ser a restauração de prédios antigos em forma de condomínios ou residências menores destinadas aos moradores de áreas de risco e insalubres. Desse modo, além de devolver a função social desses prédios, diminuiria parte das áreas ocupadas e daria uma habitação digna a esses cidadãos, cujo pagariam pelo solo de acordo com suas condições atuais, em parcelas de valor menor, mas em um tempo maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHAUS, ALBERTO & CABELLO. **A Ocupação Irregular do Solo Urbano na Ótica dos Direitos Humanos**. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 2004.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 2.ed. Petrópolis: Ed Vozes, 2000

BIRCKOLZ, C. J. **Ocupação irregular em Matinhos, Paraná: o caso do jardim schaffer**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. Goiânia, 2012.

BRASIL, **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 15 de fev. de 2018

BRASIL. **Lei Nº 11.124/2005, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm Acesso em: 28 de mar. 2018

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03/01/2021.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Censo Demográfico 2010 e Censo Demográfico (resultados parciais) 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de jul. de 2022

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARICATO, E. **Brasil cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. E. Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary**. Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach (org). São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. Revista USP, Vol. 17, n.48, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> Acesso em: 16/09/2018

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAN MARTIN, M, C. **Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais do município do Rio Grande/RS no período entre 2005-2018**. Dissertação de mestrado em Geografia. PPGGeo-ICHI/FURG, Rio Grande, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SMHRF. **Localização das AEIS do Município do Rio Grande**. Prefeitura do Rio Grande. Rio Grande, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 2001.

THE PRODUCTION OF SPACE IN LAS AREAS OF INFORMALES OCCUPATIONS IN THE MUNICIPALITY OF RIO GRANDE BETWEEN 2010-2022

ABSTRACT

This research aims to identify the areas of informal occupation in the municipality of Rio Grande/RS and verify if there was expansion, stagnation, regression or emergence of these areas in the period between 2010 and 2022. documentary research and field work. The chosen time frame comprises the period from the peak to the decline of a Naval Pole installed in the city and the period of the Covid-19 pandemic. The results point to a growing urban expansion highlighted by the inequality of social classes, mainly in the northwest periphery of the municipality.

Keywords: Irregular occupation; Rio Grande; Naval hub; Urban space.

LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO EN LAS ÁREAS DE OCUPACIONES INFORMALES EN EL MUNICIPIO DE RIO GRANDE ENTRE 2010-2022

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar áreas de ocupación informal en el municipio de Rio Grande/RS y verificar si hubo expansión, estancamiento, retroceso o emergencia de estas áreas en el período comprendido entre 2010 y 2022. Trabajo documental y de campo. El marco temporal elegido comprende el período desde el apogeo hasta el declive de un Polo Naval instalado en la ciudad y el período de la pandemia de Covid-19. Los resultados apuntan a una creciente expansión urbana marcada por la desigualdad de clases sociales, principalmente en la periferia noroeste del municipio.

Palabras clave: Ocupación irregular; Río Grande; Polo naval; Espacio urbano.

Recebido: novembro de 2024

Aceito: novembro de 2025